 ***Grupo Parlamentar***

**Exmo. Senhor Presidente**

**da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação**

**Deputado Pedro Soares**

**S. Bento, 8 de junho de 2017**

**Assunto:** Audição, com caráter de urgência, da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza relativamente ao Eco-resort da Praia Grande (Lagoa dos Salgados, Armação de Pêra)

Declarações recentes do responsável pela empresa comercializadora (CBRE), o “mega empreendimento da Praia Grande pode avançar a qualquer momento, agora sob a designação de «eco-resort»”. A empresa divulgou que o novo empreendimento tem uma área de construção potencial de 122 mil metros quadrados e inclui três hotéis de 4 e 5 estrelas e cerca de 350 unidades residenciais integradas em aldeamentos turísticos, bem como um campo de golfe com 18 buracos.

O secretário de Estado do Ambiente do governo anterior emitiu uma declaração de impacte ambiental condicionada favorável. A 1 de julho de 2016, a empresa proprietária requereu a emissão do alvará de licença urbanística.

A Câmara Municipal de Silves recordou que ainda estão a decorrer “ações judiciais que contestam a legalidade do Plano de Pormenor da Praia Grande, dos termos de execução da Unidade de Execução 1 desse plano urbanístico, e da declaração de impacte ambiental, cujo desfecho incerto pode influenciar o projeto urbanístico, ainda que, até ao momento, não tenha havido qualquer ordem judicial de suspensão dos efeitos dos atos de aprovação praticados”.

O terreno é agora propriedade de uma entidade bancária privada na qualidade de credor da recém-falida empresa Finalgarve, empresa do antigo Grupo Galilei / SLN-BPN.

Atendendo à possibilidade de viabilização do mega-empreendimento nesta zona protegida, o Grupo Parlamentar considera que é necessário que a situação seja esclarecida e que o interesse público seja salvaguardado. A área em questão tem importância ecológica e de proteção relativamente à erosão costeira.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com caráter de urgência, a audição da Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza.*

**O Deputado do Bloco de Esquerda,**

**João Vasconcelos**